

ABORDAGEM SOBRE TRABALHO E GÊNERO NAS OCUPAÇÕES DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

Approach on work and gender in the occupations of the industrial city of Curitiba (CIC)

Jéssica Cristina Lozovei¹

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

Não é possível conceber o espaço urbano sem fazer a conexão com as lutas que são geradas a partir dele e das histórias dos sujeitos que o compõem. A falta de moradia é um importante fator gerador de conflitos na cidade, a partir disso é possível ver a forma como o Estado produz e reproduz as segregações espaciais. Este trabalho tem a finalidade de fazer uma análise dos sujeitos que se encontram nas ocupações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), através de uma pesquisa sobre as relações de trabalho e gênero das famílias ocupantes, e principalmente as vidas das mães de família e trabalhadoras entrevistadas. A pesquisa foi feita através de uma perspectiva de pesquisa participante, que exige um compromisso social do pesquisador com a comunidade por causa do processo de investigação-educação-ação. Através das entrevistas, foi possível verificar uma grande quantidade de mulheres na ocupação que não exercem atividade remunerada, e acabam se dedicando somente às atividades domésticas, e também para cuidar dos filhos no período em que não se encontram na escola. Essa análise permitiu compreender mais sobre a questão econômica que envolve as ocupações, sobretudo quanto ao trabalho feminino, seus limites e possibilidades no contexto das ocupações urbanas.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho; Ocupações urbanas.

Abstract

It is not possible to conceive the urban space without connecting to the battles generated from itself, and the history of its subjects. The lack of households is an important factor generating conflicts within the city, and it showcases how the State is responsible for reproduce the spatial segregation. This article aims to analyze the subjects residing in the Cidade Industrial de Curitiba (CIC), through a research on the relationship of work and gender in the residing families, and mainly the lives of local mothers and female workers. The research was done from a participant observation perspective, which requires social commitment from the researcher for the community due to the process of investigation-education-action. From interviews, it was possible to verify that there is a great number of women that do not have remunerated occupation, and instead dedicate their time to being housewives and care for their children outside school hours. This analysis allowed further understanding of the economic issues involving the occupation, especially regarding women's jobs, its limits and possibilities in the context of urban occupations.

Palavras-chave: Gender; Work; Urban occupations.

INTRODUÇÃO

A cidade é produto de múltiplos sujeitos e ações, predominando a lógica capitalista e nela também está contida a segregação de e apropriação: tanto de terras quanto da mão-de-obra dos trabalhadores, que é quem produz a cidade como a vemos. Ela também produz desigualdades, seja de raça, gênero, ou classes, que são acentuadas pelo Estado e suas políticas públicas, como reafirma Rodrigues (2009), que o Estado já legisla de forma a definir onde ficam as pessoas de maior e menor renda. O reduzido acesso à casa própria não permitiu e ainda não permite que as famílias, que rumam às metrópoles, consigam uma moradia digna. Muitos proprietários de terra as possuem apenas para que seu valor de troca aumente, deixam-na sem uso, apenas esperando uma valorização daquele espaço (RODRIGUES, 2009).

A partir da falta de acesso à moradia para as famílias, muitas delas ao chegar aos grandes centros urbanos, precisam ficar na rua, ou começam a pagar aluguel, mas tão logo precisam sair da casa por não possuir renda suficiente para esse valor. O desemprego crescente, a desvalorização do trabalhador, e a busca por uma vida mais digna fazem com que essas pessoas acabem ficando sem alternativas e indo para as áreas mais periféricas, que são mais baratas.

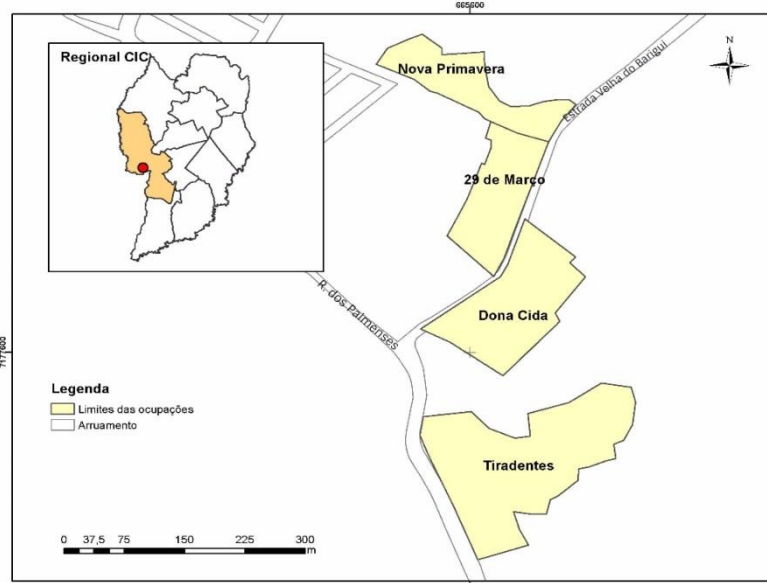
Esses problemas se constituem na reprodução histórica da sociedade, e juntamente com eles, a segregação de gênero, para mulheres e homens de diferentes classes e raças. O sistema patriarcal também continua (re)produzindo suas diferenças, e para compreendê-las de modo aprofundado, foi estudada a produção espacial em Curitiba, a partir das ocupações do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Foram realizadas entrevistas e observação nas ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Dona Cida e Tiradentes (Figura 1).

O presente relatório visou compreender as relações que as mulheres têm em sua jornada, tanto para chegar até ali quanto na sua vivência diária. Analisar as desigualdades sofridas por elas, dentro e fora dos movimentos sociais, e também as relações de trabalho que possuem. Para chegar a esse entendimento foram feitas entrevistas com os moradores da ocupação e uma análise com a bibliografia lida, a legislação trabalhista e dados socioeconômicos locais e nacionais.

DESENVOLVIMENTO

Quando se trata das segregações ocasionadas na cidade, não se pode deixar de lado a constante que se refere às mulheres e às classes, que são as abordagens que este trabalho quer fazer. Não há como conceber uma sociedade sem compreender as relações de opressão que nela (co)existem.

Figura 1 - Localização da área de estudo



Elaboração: Jéssica C. Lozovei. Fonte: IPPUC (2014)

A sociedade capitalista depende da exploração de classe. Não depende, no entanto do sexismo e poderia em teoria acomodar-se em grande medida a um tratamento similar de mulheres e homens. Isto é obvio, se observarmos que a luta pela libertação feminina conseguiu em várias sociedades ao redor do mundo nos últimos, digamos, 100 anos; melhoras radicais para a situação das mulheres e as hipóteses que subjaziam sobre quais papéis são naturais e estão bem para a mulher. O capitalismo, com o tempo, se adaptou a mudança de papel e status da mulher na sociedade (HOGAN, p. 5)

Tanto no Brasil quanto em outros lugares, a produção do espaço (urbano e rural) acontece de maneira a acentuar as diferenças de classes (Silva et al, 2014). Essa produção do capitalismo está relacionada ao tempo desprendido dos trabalhadores e trabalhadoras para a produção através do trabalho, de maneira que há uma separação entre as classes mais e menos abastadas. Aqueles que precisam trabalhar mais tempo para garantir o seu pão na mesa, e aqueles que lucram com o suor destes: sobrevivemos em uma sociedade baseada na exploração.

Nesse contexto, as mulheres tentam se inserir apesar de todo o sexismo existente no sistema, o fato de poder ter um filho, ter licença maternidade, direito a pausas para amamentação, entre outros direitos essenciais às mulheres, são vistos com maus olhos pelos empregadores. A mulher se torna mais vulnerável na mesma medida em que vai conquistando direitos e garantindo o seu espaço (HOGAN, 2009). Os próprios espaços públicos são planejados de uma maneira que as aprisiona, e não condizem com suas realidades e especificidades. É possível ver isso na iluminação das cidades, na quantidade de vagas em escolas, nas universidades e escolas que não possuem espaços para mães, reafirmando o patriarcado (SILVA, 2007).

O gênero é um fator para geração de segregações e opressões, por isso a importância de se discuti-lo. Para Grossi (1998), o gênero é usado para pensar as relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos que envolvem homens e mulheres, assim como tudo que é social e historicamente determinado, já que essas relações acontecem desde o momento em que nascemos. Atrelada à questão do gênero está a classe social, pois é ela que vai atenuar as opressões sofridas pelas mulheres. Por exemplo, é mais fácil para as mães que podem pagar para uma babá auxiliar nos cuidados das crianças, do que uma mãe que precisa trabalhar para manter o seu sustento e da sua prole, além das diferenças de prioridades que as mulheres da periferia têm das que são mais abastadas economicamente (HOGAN, 2009)

Além da relação feminina entre classes, é importante ressaltar a desvantagem que as mulheres têm em relação aos homens dentro da sua própria classe social. As jornadas de trabalho duplas, os salários inferiores e até mesmo predileção de alguns gestores para a contratação de homens para determinadas tarefas, já que elas são consideradas exclusivamente masculinas.

LEGISLAÇÃO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Mesmo após as melhorias significativas dos direitos legislativos para as mulheres, e até mesmo a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que rege algumas convenções básicas para o cumprimento de um trabalho digno, se percebe a segregação ocupacional e desigualdade de remuneração relacionada ao gênero (ASSUNÇÃO, 2016), como retratado no trecho:

[...] o gênero muitas vezes acaba por determinar as oportunidades dos sujeitos no mercado de trabalho, gerando uma limitação em relação às mulheres no que diz respeito à ocupação de cargos com maior notoriedade social, sendo que suas possibilidades de mobilidade ficam reduzidas e intensifica-se a desigualdade de remunerações entre homens e mulheres. A manutenção de um modelo de família patriarcal acaba condicionando a participação da mulher no mercado de trabalho a fatores que vão além dos que dizem respeito à qualificação e à oferta de emprego, como ocorre para os homens. A necessidade de ter que arcar com papéis familiares e profissionais acaba limitando a disponibilidade das mulheres para o trabalho, o que não ocorre com os homens [...]. A desigualdade de gênero consiste em um dos eixos que serve de base para a formação da matriz da desigualdade social no Brasil, sendo que extensa parte da ocupação feminina se acumula em parcelas mais precárias do mercado de trabalho. (2016:15)

Ainda segundo a autora, na legislação brasileira há pouco tempo começou a se discutir efetivamente a igualdade de gênero. Foi em maio de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, que o então instituído Decreto de Lei nº 5.452, trouxe um capítulo completo sobre a proteção do trabalho da mulher. Ao longo desses mais de 70 anos, muitas foram as mudanças que aconteceram em relação às condições de trabalho da mulher: a proibição do cumprimento de

atividades remuneradas noturnas em indústrias, obras públicas e mineração, atestado negativo de gravidez na contratação, entre outras práticas que distanciavam uma equidade.

Com a Constituição Federal de 1988, houve uma busca ainda maior em diminuir as disparidades nas relações de trabalho e gênero, torna-se proibido a diferença de salários, exercícios de funções e critérios de admissão que sejam por sexo, idade, cor e estado civil (inciso XXX do art. 7º da Constituição). As mulheres possuem o direito a licença maternidade garantido, intervalos para amamentação após o parto, suposta igualdade de salários, proibição de práticas discriminatórias em relação à maternidade e também no que tange a prevenção e combate da violência contra a mulher, que é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006). Como cita Hogan (2009) ainda há uma oposição grande dos patrões sem pagar esses direitos, pois se uma mulher está grávida e passa por problemas de saúde, ela precisará se afastar do trabalho e não estará produzindo capital. Assim como não pode demitir uma funcionária nessa situação, e tão pouco é lucrativo perder produção no tempo que as lactantes têm para amamentar. Atualmente quem paga as licenças maternidades dadas às gestantes é a Previdência Social.

Em Curitiba, segundo o censo do IBGE de 2010, a quantidade de mulheres que ganhavam até 02 salários mínimos, que era em torno de R\$510,00 naquele ano, era muito superior à quantidade de homens com salários na mesma faixa. Na faixa de pessoas que ganhavam entre 02 a 15 salários mínimos, havia muito mais homens do que mulheres, e quando se tratavam de valores de renda acima de 15 salários mínimos, a quantidade de homens era pelo menos o dobro do que de mulheres recebendo o mesmo valor. Os dados podem ser observados na Tabela 1.

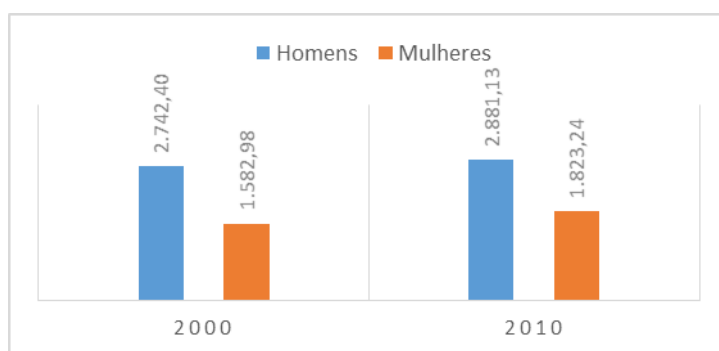
Ainda sobre as relações de salário, segundo o Observatório do Município de Curitiba, a partir de dados do IBGE, em 2010 na área da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) as mulheres recebiam em média R\$649,39 reais, enquanto os homens R\$ 1.376,97 reais, o que equivale a 47,16% a mais. De acordo com o censo de 2000 e 2010 na capital paranaense, os valores de rendimento médio de todas as fontes de renda, tanto de homens quanto de mulheres com 10 anos ou mais, mostrou uma disparidade entre os salários. Em 2000 as mulheres recebiam 57,72% a menos que os homens, enquanto em 2010 esse valor aumentou para 63,28%, como mostram os dados da Figura 2, por causa do aumento do salário mínimo.

Tabela 1 - Relação do rendimento médio de homens e mulheres em Curitiba

Rendimento médio	Mulheres	Homens
Até 1/4 de salário mínimo	13.718	6.356
De 1/4 a 1/2 salário mínimo	11.563	5.628
De 1/2 a 1 salário mínimo	95.876	49.569
De 1 a 2 salários mínimos	193.641	162.221
De 2 a 3 salários mínimos	79.513	103.118
De 3 a 5 salários mínimos	73.278	94.860
De 5 a 10 salários mínimos	62.313	90.697
De 10 a 15 salários mínimos	14.706	23.986
De 15 a 20 salários mínimos	8.330	17.097
De 20 a 30 salários mínimos	5.373	12.891
Mais de 30 salários mínimos	3.368	10.424

Fonte: IBGE, 2010

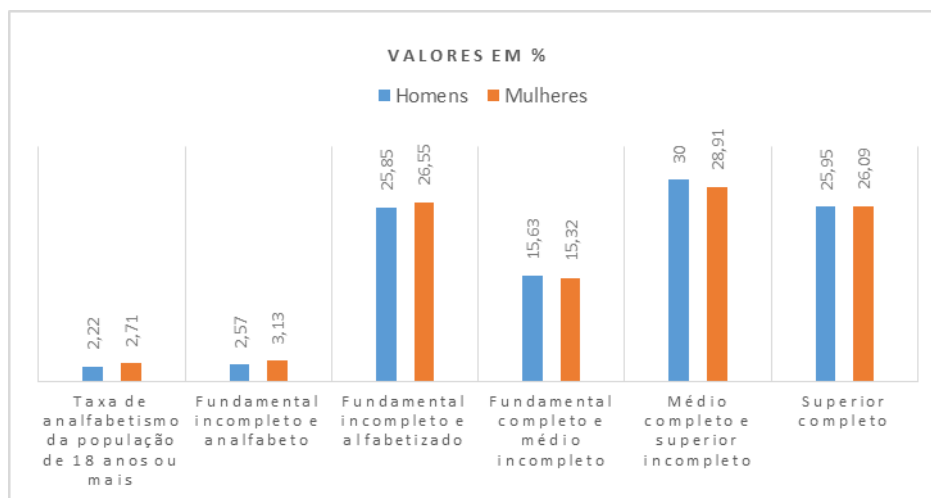
Figura 2 - Relação do rendimento médio de homens e mulheres em Curitiba



Fonte: IBGE, 2010

Os valores poderiam ser justificados por conta do nível de escolaridade de cada gênero, mas na Figura 3 é possível verificar que há quase uma equivalência entre os níveis de estudos de homens e mulheres (Atlas Brasil, 2013). Sendo assim, os salários recebidos deveriam ser mais igualitários, já que em 2010, a população feminina representava 52,33% da população total do município.

Figura 3 - Relação do rendimento médio de homens e mulheres em Curitiba



Fonte: IBGE, 2010.

Esses dados só reafirmam o quanto é velada a discriminação salarial por conta de gênero. Há uma valorização do trabalho masculino, principalmente em ramos como metalurgia, construção civil, mecânica, entre outros, enquanto as funções de doméstica e empresas terceirizadas dessa área contam principalmente com trabalhadoras.

SOCIEDADE E A IMPOSIÇÃO DO PAPEL DA MULHER

Em março deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015”, que demonstra os dados dos últimos 20 anos sobre as desigualdades no Brasil entre homens e mulheres, e também de pessoas de raças/cores diferentes. Como já discutido anteriormente, ele também trata sobre as adversidades em relação a renda e educação, além de um tópico específico que trata sobre a relação de uso do tempo entre os diferentes gêneros.

O trabalho doméstico, realizado pelas mães e pais de família não são remunerados, historicamente há um padrão de que são as mulheres que devem desenvolver essas atividades. Segundo o IPEA (2017), mais de 90% das mulheres brasileiras declararam que realizam tarefas domésticas, sendo que de 1995 até 2015 esse valor diminuiu de 94% para 91% somente.

Em relação a quantidade média de horas dedicadas para essas tarefas, no setor feminino houve uma redução para 6 horas semanais enquanto no masculino os valores continuam sem grandes variações, mostrando que não há uma melhor divisão do trabalho doméstico. Essa falta de mudanças positivas continua produzindo a chamada dupla jornada principalmente para as mulheres: elas precisam ter um trabalho remunerado, e ao retornar ainda precisam fazer a maior

parte dos afazeres da casa e muitas vezes ainda cuidar dos filhos. No total, a jornada média semanal das mulheres, em 2015, era de 53,6 horas, enquanto a dos homens 46,1 horas.

É importante ressaltar que exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas. As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não remunerado, o que leva à chamada “dupla jornada”. Esta pode ser mensurada pela jornada total de trabalho, que considera a soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado (aos afazeres domésticos), partindo do pressuposto de que ambos produzem bens e/ou serviços necessários para toda a sociedade. (IPEA, 2017)

No que diz respeito às diferenças pela classe, se verificou que quanto maior a renda da mulher, menor é a porcentagem das que afirmam se dedicar às tarefas do lar, em contrapartida os homens com menor renda são os que menos afirmaram dedicar algum tempo. Mas quando se trata das horas semanais médias para realizá-las, os valores se mantêm quase inalterados. As mulheres com maiores rendas apresentam 11 horas por semana a menos de dedicação do que as mais pobres. Na relação dos homens, os que recebiam até um salário mínimo dedicavam 10,6 horas, enquanto os que possuíam renda acima de 8 salários mínimos utilizavam 8,3 horas por semana. Ainda relacionado a isso, o relatório mostra que uma das possíveis causas da redução – ainda que pequena – do tempo dedicado ao lar pelas mulheres, pode ser o amplo acesso aos eletrodomésticos (como a máquina de lavar roupa).

Essa concepção das mulheres como responsáveis pelas tarefas domésticas e criação dos filhos é muito retrógrada, mas por si só não reflete grandes mudanças sociais. Em muitas situações, há mães de família que são proibidas pelos esposos de continuar trabalhando, ou mesmo precisam abandonar os estudos para cuidar das suas crianças. Em alguns casos elas conseguem mantê-los boa parte do dia na escola ou creche, ou mesmo deixar com algum parente ou vizinho para poder manter uma atividade remunerada. São redes de solidariedade que auxiliam no papel de maternagem para se conseguir gerar renda (SILVA, 2007).

As demandas das mulheres foram marginalizadas por causa do primado da classe, e também porque, enquanto os problemas que afetaram os trabalhadores do sexo masculino também afetaram as mulheres que trabalham de forma semelhante, o mesmo não foi verdade para temáticas particulares da opressão das mulheres como gênero. A igualdade social e econômica da mulher, às vezes, foi vista como algo que gerava conflito com os interesses materiais e conforto dos homens. A igualdade das mulheres exigia profundas mudanças na divisão do trabalho, tanto no lar e no trabalho, bem como alterações em todo o sistema social da autoridade masculina. Para conseguir a igualdade da mulher, uma reavaliação de auto-identidade também teria de ter lugar em que “os homens de

identidade” já não poderiam depender de serem vistos como mais fortes ou mais capazes do que as mulheres. (HOGAN, 2007, p.7).

Entende-se a importância da figura feminina nas questões sociais, mas o patriarcado tenta diminuir isso sempre que possível, deslegitimando e marginalizando suas lutas. Mesmo dentro dos movimentos sociais as mulheres acabam tendo um papel secundário, mesmo lutando da mesma maneira que os seus companheiros (ASSUNÇÃO, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma abordagem mais ampla das ocupações urbanas situadas na regional da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), foram estudadas as que estão situadas no bairro da CIC e São Miguel, na região Oeste de Curitiba (PR), sendo elas: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Todo o estudo foi feito a partir da perspectiva de pesquisa participante, em que há uma maior importância do compromisso social do pesquisador com a comunidade, principalmente no que se refere ao processo de investigação-educação-ação (BRANDÃO E BORGES, 2007). Ela é feita juntamente com os sujeitos que compõem aquela comunidade, para que não seja somente uma coleta de informações através deles. Além disso, perceber as necessidades que eles possuem, mas não através do que acreditamos lhes ser útil, e sim de forma a colaborar com alguma demanda interna.

As ocupações estão inseridas numa realidade dos movimentos de luta por moradia, que visa organizar e fortalecer os trabalhadores para buscar os seus direitos por um teto, nesse caso através do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-PR). Com base nas entrevistas com os moradores, foi feita uma análise para compreender as semelhanças, conflitos, vivências e histórias dessas pessoas, as relações dentro da ocupação, questões relacionadas ao trabalho, escolaridade e o que mais se sentissem confortáveis em falar.

A Nova Primavera foi a primeira das quatro ocupações a serem formadas, sendo criada em 28 de setembro de 2012. Posteriormente vieram a 29 de Março e a Tiradentes, em 2015, e somente em 2016 foi ocupada a área Dona Cida.

A cidade de Curitiba possui um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,823 (classificado como muito alto), ficando em 10º lugar no ranking federal (Atlas Brasil). Com uma população de 1.751.907 habitantes, ainda possui 7,86% vulneráveis a pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 255,00 (IBGE, 2010).

A partir das entrevistas realizadas e com base na literatura, foi possível traçar um panorama inicial da situação das famílias residentes na ocupação, principalmente no que diz

respeito às mulheres. As pessoas que moram nas ocupações estudadas costumam chegar ali por conhecidos e após uma longa trajetória com falta de empregos, alugueis muito caros e até mesmo oriundos de situação de rua. Alguns são originários e outras ocupações urbanas, mas chegaram ali através de conhecidos e se apropriaram de um espaço para chamar de seu.

Muitas das mulheres entrevistadas não trabalhavam com carteira assinada e possuíam filhos, realizando apenas as tarefas domésticas. Quando não eram as responsáveis pelo lar, o marido costumava trabalhar como fonte de renda da casa, sendo que em alguns casos algumas faziam trabalhos de diaristas em casa. Uma das críticas que várias mães fizeram foi quanto ao horário das escolas e disponibilidade de vagas para matrículas dos seus filhos. Muitas relataram a dificuldade em encontrar vagas em creches, principalmente porque só há uma na região, e também uma escola estadual que fica a uma distância média da ocupação, e não há ônibus que faça o trajeto para deixar os alunos. Não havendo atividades extracurriculares para eles após o período letivo, tanto na escola quanto dentro da ocupação, essas mulheres precisam se manter em casa para não os deixar sozinhos, ou então recorrer a família e vizinhos que se responsabilizem pela criança enquanto elas trabalham. Há também uma naturalização da inserção dessas mulheres na luta por igualdade dentro de casa e do movimento social, inclusive quanto à violência.

Durante as entrevistas foi perguntado sobre como as pessoas conheceram o movimento, como eram suas vidas antes, o que as fizeram chegar até à ocupação, as expectativas para o futuro – se ficariam ou não ali por mais tempo –, sobre a organização e convivência na comunidade e também o papel das lideranças. Isso é fundamental para entender o contexto em que as pessoas se encontram, além de afirmar o que a literatura mostra, sobre a exploração e marginalização do trabalhador, segregação das classes e a própria periferização na cidade.

Daniele, que mora com sua família na Nova Primavera, contou um pouco sobre a sua trajetória. Quando questionada sobre as dificuldades para encontrar empregos, ela citou que há muitas. O preconceito com quem mora em ocupações é muito grande, tanto por parte de empregadores quanto da sociedade no geral. Até para a entrega de correspondência há a necessidade de se passar o endereço de parentes ou amigos, já que correspondências não chegam até os moradores. Quanto ao trabalho das lideranças nas ocupações, ela foi bem direta:

“É, antes era mais assim, mas agora não tem mais aquela questão de dizer que tem líder mesmo, virou uma bagunça. O único que está assumindo aí essas responsabilidades todas é o Chocolate e o Valdir, mas dizer mesmo que tem um que fale, como era antes né, quem vai morar, quem não mora, não tem” (Daniele, entrevista realizada em janeiro de 2017).

Um ponto importante da entrevista é compreender o caminho que as pessoas fazem até as áreas de ocupação. Muitos chegam por convite de amigos ou familiares, alguns antes eram moradores de rua e que viram uma forma de sair da sua situação, e também há aqueles que não conseguem mais pagar aluguel na cidade, e chegam ali. Isabela é moradora na Dona Cida há alguns meses, e anteriormente morava no Caiuá pagando aluguel. Atualmente ela não exerce atividade remunerada e nem estuda, já que precisou trancar a faculdade ano passado, para cuidar dos dois filhos. O esposo é quem mantém a casa, trabalhando como caminhoneiro.

Graciela, residente na Nova Primavera, veio de Guarapuava e mora em Curitiba há 10 anos. Trabalha de diarista duas vezes por semana, já que tem um filho com apenas 4 meses e precisa cuidar dele. Enquanto está trabalhando, deixa-o com uma colega, e contou do receio que possuía em ir para a ocupação, por conta das “coisas erradas” – palavras dela – que ali aconteciam. Ela também falou sobre a situação relacionada ao emprego na cidade, e que desistiu de procurar por causa da dificuldade em encontrar:

“Graciela: Porque Guarapuava é uma cidade pequena, muito pouco serviço, daí aqui segundo ela era melhor, e realmente...na época que a gente veio a gente podia escolher o serviço, não é que nem hoje que tá difícil...imagine, nós ficamos 20 dias já tava empregado os dois, então foi mais fácil né

Entrevistador: E hoje tá mais difícil?

Graciela: Hoje tá mais difícil, é o que eu escuto os outros falar, porque eu já não fui mais atrás de emprego...

Entrevistador: Nem tem como né...

Graciela: Não, mas o que a gente vê é que o pessoal se bate, diz que se bate né... porque se você for atrás, é melhor ganhar pouco do que não ganhar nada né.” (Graciela, entrevista realizada em março de 2017)

Em muitas entrevistas foi possível ouvir reclamações da falta de vagas nas escolas próximas, e também quanto ao atendimento nas unidades de saúde, que costuma ser muito demorado. As crianças não podem permanecer na escola no contra turno nas escolas estaduais, então essas mães precisam ficar com seus filhos, mas nas municipais é possível encontrar alguns projetos realizados com os alunos. Conversando com Sary, que reside na ocupação Dona Cida, ela nos contou que o esposo é pastor em uma igreja na ocupação. Vieram de São Paulo há mais de 10 meses, lá eles viviam na rua e assim que chegaram em Curitiba começaram a morar na ocupação. Ela citou que possui 5 filhos, entre 1 e 19 anos, mas que todos eles estavam longe dela, sem nos dar mais explicações.

Muitas famílias se encontram na fila da COHAB há mais de 10 anos, ou há tentaram tantas vezes conseguir uma moradia pelo programa que já desistiram de se inscrever e não veem perspectiva de conseguir uma casa própria fora da ocupação. Joseli, que reside ali há 10 meses,

possui um filho e anteriormente morava com a mãe em Curitiba mesmo. Para ela, a educação do filho melhorou bastante, já que ele faz projeto na escola a tarde, o que permite com que ela trabalhe durante o dia, apesar de no momento estar desempregada. Para a construção da casa, ela conta que usou o dinheiro do seguro desemprego: “Aqui foi assim ó, eu fui mandada embora do meu trabalho, daí ao mesmo tempo eu fui embora e com o acerto do meu fundo de garantia eu comprei o material, daí meu tio e o meu primo daqui que fizeram e só me cobraram um valor mais baixo do que o normal que era pra ser” (Joseli, entrevista realizada em março de 2017). Além disso, está na fila da COHAB há nove anos.

Mesmo para aquelas mulheres que trabalham, há situações em que os patrões fazem mal-uso da ingenuidade dessas pessoas, como no caso de Ana. Ela vivia como doméstica até descobrir que seus contratantes não estavam depositando o FGTS, mesmo após anos de trabalho na mesma casa. Após perceber que não possuía dinheiro para continuar a se manter, passou por sérias dificuldades e não conseguia mais pagar o aluguel de onde vivia, tendo que morar na rua. Atualmente ela mora no o marido e exerce funções na própria ocupação, fazendo sopão para quem precisa, varrendo as ruelas e também juntando materiais recicláveis.

Na questão da diversidade sexual também há conflitos que ficam explícitos. Bruna é uma travesti que mora na ocupação há mais de um ano. Ela já sofreu ameaças por conta da sua condição, tendo que morar na rua com o seu marido, que às vezes também a trata com certo preconceito. Ele trabalha com construção civil, até mesmo realizando serviços dentro da ocupação e ela se prostitui para poder manter a renda em casa. Bruna nos contou que gostaria de conseguir um trabalho remunerado, mas como seus documentos ainda estão com seu nome de nascimento, encontra muita dificuldade. Ela também falou sobre a violência com as mulheres, que ali acontecem com frequência, mas a partir de sua fala é possível perceber uma naturalização do que ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo é possível perceber que as mudanças no cenário das desigualdades de gênero, apesar de grandes melhorias, ainda não são suficientes para a demanda de opressão que acontecem. Quando se tratam das mulheres mais marginalizadas, as condições que elas encontram para viver são ainda piores, por conta do limitado acesso à saúde, poucas vagas em escolas e creches e o cuidado com os filhos, que em geral exige mais delas do que de seus maridos. A dupla jornada e os dados estatísticos dessa desigualdade deixam claro que, apesar de toda a conquista das lutas feministas, pelos direitos iguais, a sociedade continua reproduzindo seus preconceitos e segregações.

Para muitas mulheres é natural que se faça sozinha o trabalho doméstico, assim como pode ser natural ser somente a sua obrigação, e não haja a necessidade de dividir essas tarefas com seus companheiros. Suas lutas nos movimentos sociais também precisam de mais espaço, para que elas possam ter suas vozes ouvidas, e que de maneira igualitária possam exercer lideranças dentro deles. Ter voz também é fazer com que seus direitos sejam cumpridos, o que é válido para o respeito com elas, acima de tudo.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. PNUD. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Revista de Educação Popular, v. 6, p. 51-62, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998. Acesso em: 13 de julho de 2017.

HOGAN, D. **Feminismo, classe e anarquismo**. Tradução: Alejandra Cadenasso e Eliane Neves. Fásca Publicações Libertárias, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm>. Acesso em 04 de março de 2017.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2017.

RODRIGUES, A. M. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras**. Osasco: FFCLH, 2009.

SILVA, J. M. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

¹ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Paraná. Email: jessicalozovei@gmail.com